

JUCIMARA APARECIDA LOBO

HORTAS MEDICINAIS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA TERCEIRA IDADE

**CURITIBA
2004**

JUCIMARA APARECIDA LOBO

HORTAS MEDICINAIS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA TERCEIRA IDADE

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de especialista no Curso de Especialização em Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná - UFPR.

Prof. Dr. João Carlos Nucci

**CURITIBA
2004**



Universidade Federal do Paraná
Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Curso de Especialização em Educação, Meio Ambiente e
Desenvolvimento

Ata da sessão pública da monografia do grau de Especialista em Educação Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e quatro, às 14:00 horas na Sede do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos da banca de monografia, constituída pelos seguintes Professores: João Carlos Nucci (orientador), Salete Kozel e Araci Asinelli da Luz sob o título "*Hortas medicinais e a Educação Ambiental na 3ª. idade*" de autoria de JUCIMARA APARECIDA LOBO, tendo obtido os seguintes conceitos: Professor João Carlos Nucci (A) Salete Kozel (A) e Araci Asinelli da Luz (A). Em seguida foi declarada aprovada e receberá o título de Especialista em Educação Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão a qual será assinada pela banca examinadora.

Curitiba, 27 de setembro de 2004.

Prof Dr. João Carlos Nucci _____

Prof Dra. Salete Kozel _____

Prof Dra. Araci Asinelli da Luz _____

Para os meus filhos Matheus e Juliano,
o caminho da conquista de crescer
gente, unidos e felizes num mundo
melhor.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe (Lourdes) e minha irmã Fátima (Tia Fá), duas mães de coração dos meus filhos, que sempre me incentivaram a estudar para o meu crescimento pessoal e profissional.

Ao meu pai (Laércio) "*in memoriam*", que me fez gente com todo seu rigor, mas por amor.

Aos familiares e amigos que de alguma forma colaboraram para a realização deste trabalho.

A Sra. Lia Nara Paludo, engenheira agrônoma, e a Sra. Tania Monteiro Mocellin, dentista, respectivamente coordenadora e orientadora dos eventos citados no trabalho, pessoas determinadas e eficientes em colaborar com a manutenção da qualidade de vida dos seres humanos, e que muito contribuíram para a realização de minha pesquisa.

Ao Professor João Carlos Nucci, que aceitou me orientar e por ser a pessoa competente e dedicada naquilo que faz.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	05
1. INTRODUÇÃO.....	06
2. OBJETIVO.....	07
3. METODOLOGIA DE PESQUISA.....	07
4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	08
4.1 Crise de Visão do Mundo.....	09
4.2 Educação Ambiental	16
4.3 Plantas Medicinais – Recurso Natural Eficiente.....	22
4.4 Terceira Idade.....	26
5. PROGRAMA VERDE SAÚDE – CURITIBA,	
da Secretaria Municipal de Saúde.....	28
5.1 Resultados e Discussão.....	34
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
7. REFERÊNCIAS.....	43
8. ANEXOS.....	47
Anexo 1 – Questionário aplicado ao Grupo de Terceira Idade.....	48
Anexo 2 – Mapa de Curitiba com destaque para Unidades de Saúde.....	49
Anexo 3 – Requerimento para apreciação de projetos de pesquisa pelo CEP/SMS.....	50
Anexo 4 – Autorização da Secretaria Municipal de Saúde para citar o Programa Verde Saúde – Curitiba.....	51

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Foto da horta na residência da Sra. C.V.R.....	38
Figura 2 – Foto da horta na residência da Sra. C.V.R.....	39

1 INTRODUÇÃO

A qualidade de vida do homem atual, apresenta-se alterada por distúrbios em sua capacidade de socialização, o excesso de atividades do cotidiano e a tecnologia atuando como verdadeiros fragmentadores de famílias, entre outros motivos. Nos lares a televisão, o video-game, o som, o computador contribuem para diminuir o contato familiar, o diálogo entre as pessoas, enfraquecendo a integração, a troca de idéias, de informações, de conselhos.

Crianças criadas com carinho, limites, atenção e respeito, certamente tornam-se cidadãos educados para viver dignamente e também permitir ao próximo a conquista de seu espaço. A educação parte da casa, para a escola, para o trabalho, dando às pessoas condições de respeito, integridade, convivência social e conseqüentemente uma visão mais ampla sobre a conservação e melhoria do meio ambiente.

Portanto devemos nos empenhar em levar educação às pessoas. E quanto aos idosos, como podemos levar conhecimento a eles, já que diferentemente das crianças trazem uma bagagem com suas experiências de vida? Por meio da troca de informações, de idéias, pois eles, demonstram conhecimento sobre diversos assuntos. Sendo assim, o presente trabalho nos leva a fazer uma análise sobre a aplicação e aceitação, em um estudo de caso, realizado com um grupo de terceira idade na Unidade de Saúde Pinheiros – Santa Felicidade, Curitiba/PR, do Programa Verde Saúde – Curitiba, da Prefeitura Municipal de Curitiba. Por meio de atitudes simples como o cultivo de uma pequena horta medicinal, podemos demonstrar a integração do homem com a natureza e com a comunidade, como forma de resgate e valorização para uma vida mais natural, estimulando a educação direcionada à conservação do meio ambiente e contribuindo para o alívio das tensões do mundo

moderno. O contato com a terra, quando as pessoas estão cultivando uma horta, funciona como terapia ocupacional, além de estarem aprendendo sobre as plantas medicinais, desenvolvem um trabalho em grupo, que contribui para o fortalecimento dos laços de convivência social, revigorante para esta faixa etária muitas vezes carentes de atenção até mesmo da família.

2 OBJETIVO

Conhecer o processo de Educação Ambiental relacionado ao Programa Verde Saúde – Curitiba, da Prefeitura Municipal de Curitiba, em um estudo de caso com um grupo de terceira idade, no cultivo de uma horta medicinal, na Unidade de Saúde Pinheiros – Santa Felicidade, Curitiba/PR.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Realização de pesquisa bibliográfica.

Contato com a Secretaria Municipal de Saúde e constatação da existência do Programa Verde Saúde – Curitiba.

Contato com a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento e constatação do trabalho desenvolvido por duas colaboradoras desta monografia, na Unidade de Saúde Pinheiros – Santa Felicidade, Curitiba/PR, sobre o Programa Verde Saúde – Curitiba.

Contato com a Unidade de Saúde Pinheiros – Santa Felicidade, Curitiba /PR, onde foi desenvolvida a pesquisa de campo do presente trabalho.

Aplicação de questionário a um grupo de 24 pessoas, faixa etária entre 50 e 83 anos, participantes de dois grupos de terceira idade, um da Igreja São Pedro e outro da Igreja Nossa Senhora das Dores.

Visitas à nova sede da Unidade de Saúde Pinheiros – Santa Felicidade, Curitiba/PR, com espaço reservado para o cultivo de horta medicinal.

Realização de entrevista, com a Senhora C.V.R., em sua casa junto à sua horta caseira.

Contatos via telefone com as duas colaboradoras, responsáveis pela realização dos eventos na Unidade de Saúde Pinheiros, dedicadas em levar a proposta estabelecida pelo Programa Verde Saúde – Curitiba, para a comunidade interessada em plantas medicinais. Ambas auxiliaram e incentivaram na elaboração do presente trabalho, na definição do local da pesquisa de campo; nos eventos da Unidade de Saúde enobrecendo o presente trabalho junto ao grupo, facilitando nosso entrosamento; além de sugestões sobre como abordar as pessoas do grupo, direcionando perguntas e troca de informações.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O tema abordado “hortas medicinais e a educação ambiental na terceira idade”, nos fez direcionar a revisão bibliográfica para alguns pontos que pudéssemos refletir quanto aos questionamentos sobre a forma de vida do homem atual, a degradação dos recursos naturais e a importância do resgate de valores como o respeito, a educação, a solidariedade. Como? Ao observar o grupo de terceira idade ficou evidenciado os pontos acima citados, pessoas mais centradas, com mais vivência, conseguem aprender e passar informações, idéias, de modo claro e simplificado. Sendo assim, relataremos sobre a crise de visão do mundo, demonstrando a crise da conexão do homem com a natureza e com a sociedade; no ponto sobre Educação Ambiental a necessidade de mudarmos a concepção do homem atual com relação aos recursos naturais, convivendo com tudo e todos, não

apenas usufruindo do meio; no ponto sobre plantas medicinais, por ser o tema abordado no trabalho e considerado como um recurso natural eficiente que deve ser resgatado e por fim, no ponto sobre o grupo de terceira idade por acreditar nessa concepção que eles têm de vida, ao participarem de inúmeras atividades em benefício próprio e comunitário de forma mais coerente e conseguindo transmitir noções com relação a visão sistêmica, conectando o homem com a natureza e a sociedade.

4.1 Crise de Visão do Mundo

O ser humano, ao desenvolver atividades sócio-econômicas, estabelece uma relação predatória com a Natureza, há muito tempo, gerando inúmeros problemas ambientais.

Polui o ar que respira, degrada o solo que dá o alimento, contamina a água que bebe. O homem precisa entender que depende de uma boa qualidade ambiental para a sustentação de sua vida e de seus descendentes.

Segundo Dias (2002), a degradação ambiental, em vários locais do mundo, foi descrita pela jornalista-bióloga Rachel Carson (1907-1964), em seu clássico livro *Primavera Silenciosa* (1962), quando se deu início ao movimento ambientalista. Desde então percebeu-se que o desenvolvimento era buscado a qualquer custo. O ambiente, em vez de ser visto como fonte de vida, era entendido apenas como recurso a ser explorado. Os recursos naturais, por sua vez, vistos apenas como fonte de lucro, sempre disponíveis e gratuitos.

As sociedades consumistas agem como se esses recursos fossem infinitos, e com o aumento do consumo, cresce a degradação ambiental; é a falta de percepção e reflexão do homem, que contribui para a deterioração da qualidade de vida.

Para Dias (2002), a deficiência de percepção vem incomodando estudiosos

há tempo. Já em 1862, Thomas Huxley publicou o ensaio *Evidências sobre o lugar do homem na natureza*, tratando das interdependências entre os seres humanos e os demais seres vivos.

Para Leff (2002), a humanidade passa por uma racionalidade econômica que banuiu a natureza da esfera da produção, gerando processos de destruição ecológica e degradação ambiental.

A crise de visão do mundo é aumentada quando observada por uma visão reducionista (partes), sendo que o enfoque deveria ser dado à visão holística (todo), pois é a melhor forma de retomar os caminhos para uma vida mais saudável, reintegrando as pessoas à natureza e proporcionando uma convivência sem degradações.

Inúmeros conflitos são gerados para a sociedade, atualmente, pela falta de visão sistêmica do homem, levando governantes a decisões equivocadas, aplicando recursos em locais errados, ignorando prioridades, comprometendo a sustentabilidade dos ecossistemas. Esse contexto é reforçado pela visão fragmentada praticada nas universidades, de onde saem os planejadores e tomadores de decisões.

Segundo Morin (1999), as barreiras disciplinares levam ao perigo da hiperespecialização; e aí a necessidade de interligar as diversas disciplinas e ciências, promovendo as trocas, a cooperação, a associação, transformando assim, o ensino em algo sistêmico. O indivíduo age sobre a sociedade e vice-versa e, para o ser humano passar de indivíduo a sujeito, deve ultrapassar a dimensão biológica, chegar ao conhecimento e atingir a complexidade à qual todos pertencem.

Para Leff (2002), a partir de uma ética ambiental está sendo questionada a racionalidade científica e econômica que fragmentou a percepção do mundo, ao

objetivá-lo para sua manipulação.

Como exemplo, a superespecialização da medicina levou a dissecar o corpo humano num processo no qual se tende a desarticular as partes do organismo, como também as sutis relações entre a saúde física e a saúde mental e seus complexos fatores condicionantes sociais. A capitalização da medicina orientou o tratamento da saúde mais para a cura da enfermidade do que para a prevenção, chegando a perverter a ética médica.

O novo campo da saúde ambiental está levando a revalorizar as práticas preventivas e curativas tradicionais, em face da medicina moderna. Da mesma maneira, os programas de atenção primordial ao ambiente e à saúde estão sendo aplicados também à autogestão dos recursos ambientais e dos serviços de saúde por parte da cidadania e das próprias comunidades.

A adoção de um conceito holístico e ecológico de saúde, na teoria e na prática, exigirá não só uma mudança radical conceitual na ciência médica, mas também uma reeducação maciça do público (CAPRA, 1982).

A drástica mudança de conceitos e idéias que ocorreu na física durante os primeiros trinta anos do século XX, desencadearam uma profunda mudança na visão de mundo. Para Capra, passou-se da concepção mecanicista de Descartes e Newton para uma visão holística e ecológica.

Nos últimos trezentos anos, em nossa cultura adotou-se a concepção do corpo humano como uma máquina, a ser analisado em termos de suas partes. A mente e o corpo estão separados, a doença é vista como um mau funcionamento de mecanismos biológicos, e a saúde é definida como a ausência de doença. Essa concepção agora está sendo lentamente eclipsada por uma concepção holística e ecológica do mundo, que não considera o universo uma máquina, mas um sistema vivo; essa nova concepção enfatiza a inter-relação e interdependência essenciais de todos os fenômenos e procura entender a natureza não só em termos de estruturas fundamentais, mas também em função de processos dinâmicos subjacentes (CAPRA, 1982).

Para Gadotti (2000), o que a física de hoje está mostrando é que a visão atomista de um mundo desconectado, fragmentado, não se sustenta mais. O que

prevalece no mundo é a conectividade de tudo com tudo.

A condição de separação do corpo e mente, e a comparação do homem a uma máquina, onde cada parte funciona isoladamente sem a visão de conjunto, alterou o rumo da história da medicina ocidental que ocorreu com a revolução cartesiana. Antes de Descartes, a maioria dos terapeutas atentavam para a interação de corpo e alma, e tratavam seus pacientes no contexto de seu meio ambiente social e espiritual. A filosofia de Descartes alterou profundamente essa situação. Sua rigorosa divisão entre corpo e mente levou os médicos a se concentrarem na máquina corporal e a negligenciarem os aspectos psicológicos, sociais e ambientais da doença. Mas, contradições existem, e o próprio Descartes, ao avaliar a princesa Elizabeth, da Boêmia, sua amiga, aluna e paciente, por suas descrições de sintomas físicos, não hesitou em diagnosticar, que seu mal era devido, principalmente à tensão emocional. Observe-se aqui, que não houve preocupação por parte de Descartes, em averiguar as causas dessa tensão emocional, fundamental, para iniciar o tratamento; acabou receitando relaxamento e meditação, além dos cuidados físicos. Ora veja, Descartes mostrava-se muito menos “cartesiano” do que a maioria dos médicos atuais.

Os pesquisadores médicos precisam entender que a análise reducionista do corpo-máquina não pode fornecer-lhes uma compreensão completa e profunda dos problemas humanos. A pesquisa biomédica terá de ser integrada num sistema mais amplo de assistência à saúde, em que as manifestações de todas as enfermidades humanas sejam vistas como resultantes da interação do corpo, mente e meio ambiente, e sejam estudadas e tratadas nessa perspectiva abrangente (CAPRA, 1982).

Hoje, o modelo biomédico é muito mais do que um modelo, pois além de ser aquele que sobre a influência do paradigma cartesiano atua no pensamento médico, adquiriu o *status* de um dogma, e para suplantá-lo será necessário nada menos que uma profunda revolução cultural. A abordagem biomédica da saúde ainda será extremamente útil, tal como a estrutura cartesiana-newtoniana continua sendo útil

em muitas áreas da ciência clássica, desde que suas limitações sejam reconhecidas.

A esse respeito Werner (2002) comenta que essa integração do homem (corpo e mente) com o Meio Ambiente é essencial, quando é colocada a importância do respeito pelos costumes e maneiras de povos distintos. O autor mostra que vários problemas se resolvem bem, com meios tradicionais, enquanto outros necessitam de medicina moderna. No entanto, ambos são valiosos, quando usados corretamente. Observa-se grande coerência, quando é mencionado em sua obra que, através da simplicidade das pessoas de uma comunidade, pode-se ajudá-las a construir uma vida melhor usando conhecimento, sabedoria e habilidade, que já possuem, concretizando o ideal de uma vida sistêmica.

Na vivência e convivência das comunidades que conseguem idealizar a condição de vida sistêmica, integrando todos com tudo, observa-se o aperfeiçoamento na qualidade de vida das pessoas, tornando-as mais saudáveis, mais integradas, mais solidárias e mais felizes.

“A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não meramente a ausência de doenças ou enfermidades.” Esta é a definição de saúde dada pela Organização Mundial de Saúde – OMS.

Quando se diz que o homem possui saúde, subentende-se que, em uma visão bastante reducionista, todos os processos de manutenção da vida estão em perfeito funcionamento e equilíbrio. É a máquina orgânica humana funcionando em sua máxima potência, não havendo excesso nem déficit de nada.

Segundo Werner (2002) ter saúde é muito mais do que não estar doente. É bem-estar do corpo, da mente e da comunidade. As pessoas vivem melhor quando aprendem juntas a crescer, desenvolver, enfim, viver literalmente, da maneira mais sadia possível.

Ele lembra, ao esclarecer para as pessoas, que muitas doenças não necessitam de medicamentos, enfatizando que o próprio corpo pode, geralmente, lutar contra a doença, desde que faça repouso, se alimente bem e, até faça uso de alguns remédios caseiros. Assim teremos então pessoas dependendo de um recurso local (ela mesma), em vez de um recurso de fora (o medicamento).

O contato com a natureza traz muitos benefícios para a saúde. Observa-se nos dias de hoje grande número de pessoas estressadas e sedentárias, que trabalham muito com a cabeça e pouco com o físico. O contato do ser humano com a natureza tem sido trocado pelo contato com máquinas como automóvel, televisão, som, computador, video-game, celular, trazendo prejuízos gravíssimos para a saúde, física, mental e mesmo espiritual. As palavras mais usadas pelos médicos atualmente são - precisa caminhar, precisa achar o seu momento de lazer. O excesso de atividades causa esgotamento físico e psicológico e nem sempre o homem encontra tempo para dar atenção ao próprio organismo, contribuindo para o acréscimo do número de doentes, como hipertensos, diabéticos e obesos.

O estado emocional do ser humano contribui e muito para o seu estado de saúde. Sabe-se intuitivamente que as pessoas que se permitem estar por mais tempo em contato com a natureza, são pessoas mais tranquilas, menos estressadas, mais alegres e mais saudáveis. Há pesquisas que demonstram a importância desse contato com a natureza para a recuperação de pacientes. Segundo Ulrich (1984 apud JACKSON, 2003), pacientes hospitalizados que tinham as janelas de seus quartos voltadas para uma área ajardinada, se recuperaram mais rapidamente em comparação com os pacientes que olhavam para um muro de tijolos. Segundo publicação em junho de 2003, no *Journal of Environmental Psychology*, Terry Hartig, da Universidade de Uppsala, na Suécia, concluiu que as

peessoas se recuperam mais rapidamente do estresse quando entram em contato com a natureza. E, o que é melhor, esse restabelecimento ocorre em poucos segundos (*The Wall Street Journal*, 26 de agosto de 2003). Hartig submeteu 112 jovens a uma série de tarefas estressantes – entre elas, dirigir um automóvel por um local desconhecido. Os participantes, que, depois disso, descansaram em uma sala com vista para uma paisagem arborizada e, em seguida, passearam por um local com árvores, recobriram o ânimo e experimentaram uma redução na pressão arterial em menos tempo do que as pessoas que se sentaram em uma sala sem janelas e depois caminharam por uma área urbanizada (Revista Pesquisa Fapesp, 2003).

A única esperança de coisas melhores, jaz na educação do povo nos verdadeiros princípios. Ensinem os médicos ao povo que o poder restaurador não se encontra em drogas, porém na natureza...(SWARTOUT, 1949)

Para Brüning (1994), o que nos deixa doentes? Alimentação errada, poluição, drogas químicas, venenos agrícolas, águas contaminadas, falta de consumo suficiente de água, falta de exercício físico, preocupações constantes, a falta de contato do homem com a terra: isolando-se com borracha, falta-lhe o fio terra.

Segundo Dias (2002), uma das contribuições individuais para a sustentabilidade é - “programar um fim-de-semana diferente. Levar os familiares para um passeio no campo”. - É esse contato com a natureza que faz a diferença. Se ao educar um filho, fosse valorizado esse vínculo com os recursos naturais, as pessoas seriam mais felizes, e conseqüentemente haveria menos violência, menos degradação.

4.2 Educação Ambiental

No Brasil, em 1973, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, no âmbito do Ministério do Interior, que entre outras atividades, começou a trabalhar com a Educação Ambiental.

A Educação Ambiental é a incorporação de critérios socioambientais, ecológicos, éticos e estéticos, nos objetivos didáticos da educação. É um processo que afeta a totalidade da pessoa, na etapa da educação formal, e que deveria continuar na educação permanente. Possui uma forte inclinação para a formação de atitudes e competências, definidas desde o Seminário de Belgrado (1975), como: consciência, conhecimentos, atitudes, aptidões, capacidade de avaliação e de ação crítica no mundo.

Segundo Dias (2002), na Conferência de Tbilisi, (Unesco - 1977), a educação ambiental ficou conceituada como um processo contínuo no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência de seu ambiente e adquirem o conhecimento, os valores, as habilidades, as experiências, e a determinação que os tornem aptos a agir, individual e coletivamente, e resolver os problemas ambientais presentes e futuros.

A Educação Ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para melhorar a qualidade de vida.

Em 1988, a Constituição Federal declara em seu art. 225 que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” Em seu inciso VI, do § 1º declara que “cabe ao poder público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a

preservação do meio ambiente.

Em 1990, o Ministério da Educação – MEC, o Ministério do Meio Ambiente – MMA e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA desenvolvem diversas ações para consolidar a Educação Ambiental no Brasil.

Em 1992, a Conferência Rio-92 estabelece uma proposta de ação, denominada Agenda 21. Trata de uma *Agenda de Desenvolvimento Sustentável*, onde, evidentemente, o meio ambiente é uma consideração de primeira ordem. A Agenda considera, dentre outras, questões estratégicas ligadas às mudanças nos padrões de produção e consumo; à construção de cidades sustentáveis.

Em 1996, novos Parâmetros Curriculares do MEC, incluem a Educação Ambiental como tema transversal do currículo, onde os professores, não só de Ciências mas de todas as áreas, trabalhem Educação Ambiental sob a perspectiva da interdisciplinaridade.

Em 1999, a aprovação da Lei nº 9.795/99 que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental.

O que se espera da Educação Ambiental no Brasil é que ela seja assumida como obrigação nacional de acordo com a Constituição Federal promulgada em 1988 e pela Lei nº 9.795/1999 que "*Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências*". Sancionada pelo Presidente Fernando Henrique, em 27 de abril de 1999.

“Em seu art. 1º fica estabelecido o conceito de Educação Ambiental como os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida

e sua sustentabilidade.”

A temática ambiental passa a ser obrigatória em todos os níveis do processo educacional, de forma integrada e *interdisciplinar*. Essa lei aponta princípios e objetivos como referências para a formação do Educador Ambiental. Enfatiza-se o art. 4º, por sua amplitude, onde se encontra os seguintes princípios básicos da Educação Ambiental:

- I) o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II) a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio cultural, e sócio-econômico, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III) o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV) a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V) a garantia da continuidade e permanência do processo educativo;
- VI) a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII) a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII) o reconhecimento, e o respeito à pluralidade e a diversidade individual e cultural.

O Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 que “Regulamenta a Lei que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências”, declara no inciso I, do art. 6º que deverão ser criados, mantidos e implementados, programas de Educação Ambiental integrados a todos os níveis e modalidades de ensino.

A Política Nacional de Educação Ambiental é uma proposta programática de

promoção da Educação Ambiental em todos os setores da sociedade. Diferente de outras Leis, não estabelece regras ou sanções, mas estabelece responsabilidades e obrigações. Ao definir responsabilidades e inserir na pauta dos diversos setores da sociedade, a Política Nacional de Educação Ambiental institucionaliza a educação ambiental, legaliza seus princípios, e a transforma em objeto de políticas públicas, além de fornecer à sociedade um instrumento de cobrança para a promoção da Educação Ambiental.

A humanidade necessita se conscientizar dos perigos que ameaçam o meio ambiente natural e da necessidade de conciliar o progresso material e o respeito com a condição de vida, com o planeta e a sociedade, assim como com as gerações futuras. Enfatize-se aqui a importância da visão sistêmica, que é a forma de relacionar o homem com o meio ambiente, com a comunidade, e é com essa integração que obteremos a condição de sustentabilidade em nosso planeta.

O ser humano necessita modificar esse quadro de insustentabilidade existente entre nós. Para tanto, será preciso descobrir um novo estilo de vida baseado em uma ética global, resgatar e criar novos valores, repensar e modificar os seus hábitos de consumo, viabilizar o desenvolvimento sustentável. A Educação Ambiental é o instrumento principal para processar essas transformações.

Para Dias (2002), o Analfabetismo Ambiental representa a maior ameaça à sustentabilidade da civilização humana. O seu antídoto é a Educação Ambiental e a Ética.

O ideal para a humanidade é ter um desenvolvimento que busque compatibilizar o atendimento das necessidades sociais e econômicas do ser humano com as necessidades de preservação do ambiente e dos recursos naturais.

A esse respeito Gaudiano (1998) comenta que o desenvolvimento sustentável

pode ser definido como aquele que permite satisfazer as necessidades do presente, sem comprometer as possibilidades das futuras gerações.

Não se trata somente de ensinar sobre a natureza, mas de educar "para" e "com" a natureza; para compreender e agir corretamente ante os grandes problemas das relações do homem com o ambiente; trata-se de ensinar sobre o papel do ser humano na biosfera para a compreensão das complexas relações entre a sociedade e a natureza e dos processos históricos que condicionam os modelos de desenvolvimento pelos diferentes grupos sociais (MEDINA & SANTOS, 2003).

Cabe salientar que, o que pode ser sustentável nos países desenvolvidos da pós-modernidade globalizada não é necessariamente para os países dependentes economicamente e pobres. Para estes, a sustentabilidade é um conceito centrado no respeito à vida, o que em outras palavras significa reduzir a pobreza, promover a satisfação das necessidades básicas e resgatar a equidade, através do estabelecimento de uma forma de governar capaz de garantir a participação social nas decisões essenciais para os países. Tudo isto é necessário para que o processo de desenvolvimento seja considerado, de fato, sustentável.

A Educação Ambiental permitirá, por seus pressupostos básicos, uma nova interação criadora que redefina o tipo de pessoa que se quer formar e o cenário futuro que se deseja construir para a humanidade, em função do desenvolvimento de uma nova racionalidade ambiental. Torna-se necessária a formação de indivíduos que possam responder aos desafios colocados pelo estilo de desenvolvimento dominante, a partir da construção de um novo estilo harmônico entre a sociedade e a natureza e que, ao mesmo tempo, sejam capazes de superar a racionalidade meramente instrumental e economicista, que deu origem às crises ambiental e social que hoje nos preocupam (MEDINA & SANTOS, 2003).

Temos que dar tempo para o meio ambiente se recompor, criar novas condições de desenvolvimento que respeitem a natureza e toda a biodiversidade. Se a situação persistir, nessa degradação acelerada chegaremos a um estado insustentável.

É verdade que toda e qualquer atividade humana, econômico e sócio-cultural, toma lugar num contexto biofísico e age sobre ele, interferindo na sustentabilidade ecológica. Portanto, é importante a conscientização de cada indivíduo para que avalie os efeitos que suas ações ocasionam às pessoas com que vivem, à sociedade e ao meio natural.

A Educação Ambiental deve ser analisada como um conjunto. Visão Sistêmica de vida, mente, consciência e evolução; a correspondente abordagem holística da saúde e da cura; a integração dos enfoques ocidental e oriental da psicologia e psicoterapia; uma nova estrutura conceitual para a economia e a tecnologia; e uma perspectiva ecológica e feminista, que é espiritual em sua natureza essencial e acarretará profundas mudanças em nossas estruturas sociais e políticas (CAPRA, 1982).

Desenvolvimento sustentável depende de um conjunto de valores morais e éticos, que cada cidadão tem, e que orienta seu comportamento em relação aos recursos naturais para uma relação menos agressiva. É preciso investir mais na consciência ecológica, na educação para os valores humanos, como instrumento para a sustentabilidade.

As reformulações da educação devem levar em conta as repercussões que a rapidez das transformações técnico-científicas produzem no mercado de trabalho, na estrutura e características dos empregos: o desemprego estrutural e suas conseqüências sociais e econômicas. Esses problemas preocupam profundamente os educandos, educadores, pais e planejadores sociais (MUNÓZ, 1995).

Segundo comentários de Leff (2002), na Agenda 21 o ser humano está situado no centro de seus objetivos. O primeiro princípio da Declaração do Rio proclama que: “Os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza”. A Agenda 21 enfatiza a atenção primária à saúde, sobretudo em áreas rurais; na prevenção, antes do que na correção e tratamento das doenças.

Aos poucos nota-se uma mudança na educação, dada a sua extrema importância para ampliação e aprofundamento da consciência ambiental e das exigências em relação à alteração de valores. Uma vez mais, é a análise do objeto ambiental que produz essa mudança para uma visão sistêmica, e assim um novo modo metodológico aparece nos diferentes campos do conhecimento, a interdisciplinaridade.

Para Dias (2002) é preciso que se lute contra os desafios do consumismo e se priorize os valores como amor, fraternidade e solidariedade em direção à

promoção do meio ambiente sustentável. Assim se estabelecerá uma ética ambiental, que procure a integração social, econômica e ecológica, uma ética em busca da sustentabilidade.

Desse modo, percebe-se que o conceito de desenvolvimento sustentável tem dimensões ambientais, econômicas, sociais, políticas e culturais, o que necessariamente traduz várias preocupações: com o presente e o futuro das pessoas, com a produção e o consumo de bens e serviços; com as necessidades básicas de subsistência; com os recursos naturais e o equilíbrio ecossistêmico; com as práticas decisórias e a distribuição do poder e com os valores pessoais e a cultura. O conceito, portanto, é abrangente e integral, não admitindo ser reduzido apenas à dimensão ambiental e, necessariamente, deve ser flexível o bastante para se adaptar a diferentes formações sociais e realidades históricas.

Segundo Werner (2002), somente quando todas as pessoas tomarem parte no cuidado de sua própria saúde e da saúde da comunidade, é que ocorrerão mudanças importantes. Quando houver trabalho em conjunto, aumento de bondade, responsabilidade, união e esperança; coisas que não podem ser medidas, porém muito importantes, é que poderemos verificar a real ocorrência de mudanças.

“Nosso conhecimento sobre o mundo natural é mais extenso do que nossa sabedoria em usá-lo; existe um quadro incompleto do que está em jogo. O que temos é produto de escolhas humanas, logo, pode ser redirecionado” (DIAS, 2002).

4.3 Plantas Medicinais– Recurso Natural Eficiente

O homem de hoje, necessita urgente, voltar a utilizar diretamente os recursos naturais, para gozar de boa saúde. Os poderosos interesses financeiros procuraram encobrir essa realidade, mas hoje há um novo despertar, e uma grande procura desses recursos, dentre eles, as plantas medicinais.

Segundo Caetano (1999), planta medicinal é aquela que possui em sua

composição substâncias químicas biologicamente sintetizadas com nutrientes, água e luz, as quais provocam no organismo reações farmacológicas.

Para a autora dizer que a utilização das plantas medicinais é tão antiga quanto a história da humanidade não é nenhum exagero. O homem primitivo já se servia das possibilidades curativas e preventivas dos vegetais, provavelmente por instinto próprio ou por dedução lógica com base na observação do comportamento dos animais, os quais, quando doentes, procuravam alívio por meio da ingestão de determinadas ervas.

A documentação escrita mais antiga que se tem notícia e que registra a utilização de plantas medicinais é de aproximadamente 2.100 AC, e constitui-se de numerosos quadros de argila, gravados pelos Sumérios em caracteres cuneiformes, onde são listados trinta drogas animais, vegetais e minerais.

Todas as grandes civilizações, incluindo os Egípcios, Gregos, Hindus, Persas, Romanos, empregavam plantas como suas fontes primárias de medicamentos, bem como para alimento, proteção, materiais de escrita, cosméticos e numerosos outros propósitos. Muito destas informações, tradições e conhecimentos foram perpetuados, primeiramente pelos sacerdotes, mercadores e comerciantes, que atravessaram oceanos, montanhas e desertos. Eventualmente, os “etnobotânicos” que acompanhavam as viagens exploratórias compilaram estas informações em seus tratados. Infelizmente, no entanto, estes cuidados não foram uniformemente tomados, e muito da cultura antiga foi perdida.

Entretanto, a despeito de toda a eficiência da fitoterapia, assegurada por milênios de tradição, observou-se, a partir do início deste século, um declínio acentuado no interesse pelas plantas medicinais, declínio este devido, essencialmente, ao crescimento exponencial da indústria farmacêutica,

particularmente após a II Guerra Mundial. Com o advento da química moderna e da industrialização, os integrantes ativos das plantas foram isolados, refinados e até sintetizados, objetivando uma maior eficácia do produto concentrado. No entanto, a planta que possibilitou a obtenção do princípio ativo isolado e/ou sintético acabaria, invariavelmente no esquecimento.

Os remédios dos modernos laboratórios farmacêuticos são amostras purificadas e altamente concentradas de substâncias que existem naturalmente nas plantas. Acontece que esses produtos purificados são menos eficientes e provocam mais riscos do que os remédios originais, não purificados. Experimentos recentes com medicamentos herbáceos indicam que o princípio ativo purificado é menos eficaz como remédio do que o extrato natural da planta, porque este último contém elementos residuais e moléculas que foram considerados sem importância, mas que desempenham um papel vital para limitar o efeito do principal ingrediente ativo. São eles que mantêm a reação do corpo dentro de limites em que não ocorrem efeitos colaterais indesejáveis. Os extratos naturais de misturas herbáceas possuem também propriedades antibacterianas muito especiais. Eles não destroem as bactérias, mas impedem-nas de se multiplicar; em consequência disso, as mutações não podem ocorrer, tendo as linhagens de bactéria resistentes à medicação pouquíssimas probabilidades de se desenvolver. Além disso, a dosagem dos remédios herbáceos é muito menos problemática do que a de preparados químicos (CAPRA, 1982).

Segundo Balbach (1966), as plantas, exceto as venenosas, só podem fazer bem. Nutrem o corpo, purificam o sangue e preparam o organismo para resistir contra a doença.

Todavia, é importante frisar que, apesar de se tratar de um assunto milenar, a literatura especializada nesta área é escassa. Este tema tem recebido ampla cobertura da imprensa e de publicações leigas, muitas vezes não críticas e não comprovadas, sendo algumas até perigosas. Para garantir a segurança do uso de plantas medicinais e derivados delas, além de aprofundamento dos estudos são necessárias medidas de controle, bem como um esforço substancial em informar o público e a educação profissional.

“O Brasil talvez tem a maior quantidade de ervas medicinais do mundo, mas fora de qualquer dúvida, tem também a proliferação de farmácias repletas de drogas e panacéias rotuladas. E repulsa saber-se que tantas pessoas, com tanta simplicidade, largam seus corpos nas mãos de balconistas mal informados nessas farmácias, para que eles aconselhem que drogas tomar para suas dores” (LIMA, s.d. apud Brüning, 1995).

No que se refere a Política Nacional de Plantas Medicinais e dos

Medicamentos Fitoterápicos, Di Stasi (1996) menciona que os produtos fitoterápicos foram isentos de registro no Ministério da Saúde, de acordo com o artigo 28 do Decreto nº 79.094, de 05 de janeiro de 1977, deste Ministério.

A Portaria nº 546, do Ministério de Estado da Saúde, criou, em 21 de maio de 1993, o Grupo Consultor Técnico-Científico – GCTC, da Secretaria de Vigilância Sanitária. O Grupo estaria incumbido de estabelecer a normatização, o controle de serviços, a produção, a armazenagem e a utilização de substâncias e produtos naturais. O GCTC reuniu-se ordinariamente pela primeira vez, em Brasília – DF, nos dias 15 e 16 de julho de 1993 e redigiu as normas internas de funcionamento e a proposta preliminar de trabalho, como determinava a portaria.

No entanto, como todos os participantes eram de áreas de pesquisa e trabalho relacionadas a plantas medicinais, a proposta foi aprovada para fitoterápicos e não como queria a portaria, para substâncias e produtos naturais, dentro de uma filosofia de medicina alternativa, que inclui, entre outras, homeopatia, cromoterapia e acupuntura.

A Portaria nº 123/SVS, publicada em 19 de outubro de 1994, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, foi gerada por meio de um documento, que sofreu alterações introduzidas pela Comissão Técnica de Assessoramento em Assuntos de Medicamentos e Correlatos – Crame.

Em 25 de novembro de 1994, a Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais - Alanac enviou à Crame sugestões relativas à Portaria nº 123/SVS, decorrentes de reunião organizada pela referida associação. Baseando-se parcialmente nas sugestões enviadas, a Portaria nº 6/SVS foi redigida.

Publicada em 24 de fevereiro de 2000, a Resolução – RDC nº 17, é uma Resolução de Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária –

ANVISA que dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos. A RDC nº 17, revogou a Portaria nº 6 SVS/MS, de 31 de janeiro de 1995.

Segundo consta no site da Herbarium (Herbarium, 2004), existe um anteprojeto de lei que define todas as normas para um registro correto dos produtos fitoterápicos. Ele tem como base a legislação canadense, o País com legislação mais moderna para fitoterápicos, e de acordo com a presidente da Associação Brasileira da Indústria Fitoterápica – Abifito, Magrid Teske, o Brasil só tem a ganhar com a aprovação da lei.

4.4 Terceira Idade

Há 50 anos a expectativa de vida de um brasileiro era de 43 anos. Hoje esta expectativa está em torno de 68 anos, sendo que neste século deverá chegar a 73 anos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE nosso País deverá ter a sexta população mais idosa do planeta, e no ano de 2025 teremos 34 milhões de pessoas com mais de 60 anos, o que representará 14% de nossa população.

O grande desenvolvimento da Medicina neste século, tanto no que diz respeito ao processo curativo quanto à prevenção de doenças está na base desses números. Evidentemente a prosperidade econômica, o avanço tecnológico e o aprimoramento na alimentação são também fundamentais ao aumento da expectativa de vida.

Todavia, para Gonçalves (2001) a terceira idade necessita eliminar o estigma do envelhecimento, que ainda nos mostra um processo comum de vivência negativa: aposentadoria (ausência de produção), viuvez (morte), mudanças físicas, como rugas e cabelos brancos (desgaste) e ninho vazio (sem papel). Tal conjuntura seria

um caminho fácil para a imagem depreciativa do velho, que está sempre associada à falta de utilidade e à alteração de seu papel social. São fatores que desencadeiam o preconceito relacionado ao envelhecimento, tanto por parte da sociedade, como dos próprios velhos. Em seu trabalho, Gonçalves parte do princípio de que a participação em atividades físicas poderá contradizer esse estereótipo e tornar os rumos da terceira idade mais positivos. Para a pesquisadora, as pessoas que buscam os grupos da terceira idade se interessam por essas atividades porque querem se sentir desafiadas. Elas pretendem checar o que ainda podem fazer na vida, mesmo velhas. Acreditam claramente que é preciso saber seus limites para se sentirem capazes e vivas.

A dialética da vida perpassa por todas as idades. Todas apresentam os dois lados da moeda, tem-se as ausências da velhice, mas é possível encontrar encantos na falta de obrigações do trabalho, com seu rigor de horário, na despreocupação de criar um filho, como exemplos.

Sendo assim, para desfrutar desses bons momentos da vida, é importante salientar a necessidade de manter hábitos saudáveis que contribuirão para chegar a terceira idade com qualidade de vida. Alimentação correta, atividades físicas e bom estado psicológico são a base dessa pirâmide. O sal, o açúcar e a gordura animal são vilões da alimentação e devem ser evitados. Como em toda etapa da vida, a alimentação é muito importante, porém a dieta do idoso deve ser observada com maior rigor. Nutrientes como: Proteínas (reposição e reparação dos tecidos), Ferro (evitar anemia), Carboidratos (repor energia), Cálcio (prevenir osteoporose), Água (fundamental, e o idoso sente menos sede, corre o risco de desidratação), Fibras (para o bom funcionamento do intestino) e Vitaminas (estão relacionadas à todas as reações químicas do organismo), devem estar presentes diariamente em seus

cardápios. A atividade física feita com regularidade produz inúmeros benefícios com destaque para as doenças cardiovasculares. A depressão, o stress, a ansiedade são muito prejudiciais para a saúde, repercutindo inclusive na imunidade do organismo e devem ser combatidas.

As pessoas que conseguem equilibrar suas vidas, de acordo com as indicações citadas acima, certamente estarão de acordo com a visão sistêmica, conectando o homem com a natureza e a sociedade.

Deve-se enfatizar a importância do cumprimento do Estatuto do Idoso, onde é declarado em seu art. 3º, que “É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à *saúde*, à alimentação, à *educação*, à cultura, ao esporte, ao *lazer*, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à *convivência familiar e comunitária*.”

5. PROGRAMA VERDE SAÚDE – CURITIBA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Segundo texto impresso fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde, intitulado “Treze anos de Fitoterapia em Curitiba”, a Secretaria Municipal de Saúde inaugurou o projeto de plantas medicinais em 1990, como um recurso terapêutico médico e odontológico baseado em critérios científicos contemporâneos. Formou uma equipe multiprofissional e realizou parcerias intersetoriais, com as Secretarias Municipais do Meio Ambiente e da Agricultura e Abastecimento, Fundação de Ação Social, Universidades Federal do Paraná e as Estaduais de Maringá e Ponta Grossa, Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater - PR e

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Florestal.

Organizou-se um grupo de fornecedores, os quais estão passando por dificuldades para atender as exigências legais, pela falta de uma política para as plantas medicinais no Brasil há dificuldade na implantação de serviços de fitoterapia.

Os Cursos I e II em Fitofármacos e Fitoterapia, o primeiro, em nível de aperfeiçoamento, e o segundo, em especialização, na Escola de Saúde Pública do Paraná, em 1988 e 1989 respectivamente, trouxeram o respaldo técnico-científico para os servidores ligados à Rede Municipal de Saúde, para aplicá-los junto aos serviços. Por esses cursos passaram as pessoas que iniciaram a implantação e implementação da fitoterapia na Secretaria Municipal de Saúde. Também participaram na elaboração da proposta de "Fitoterapia em Atenção Primária" como projeto piloto, em 1989, nos Centros de Saúde Santa Cândida, Camargo, Vila Clarice, Irmã Tereza Araújo e Abaeté. Foi feita com objetivos tão bem fundamentados, que até os dias de hoje, o Programa Verde Saúde - Curitiba ainda possui as mesmas diretrizes, tornando-se referência para os atuais serviços de saúde. Entre elas, a utilização criteriosa das plantas medicinais nas Unidades de Saúde, orientação à comunidade em relação à sua obtenção, produção e conservação, busca de integração setorial e multi-institucional e estímulo no treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos nesta área.

O projeto de plantas medicinais já foi denominado de Fitotiba e Plante Saúde. Vários fluxos e estruturas foram utilizados durante estes anos.

O Programa Verde Saúde - Curitiba, é ação que preconiza o uso de plantas medicinais com identificação botânica e consagrado uso farmacológico, em diversas formas farmacêuticas, visando a melhoria na qualidade dos produtos fitoterápicos. A Fitoterapia, portanto, é enfocada como um recurso terapêutico médico e

odontológico com critérios científicos. Essa proposta visa enfrentar os principais problemas encontrados na utilização das plantas medicinais pela nossa comunidade curitibana. São eles: o uso de plantas como recurso terapêutico sem embasamento científico pela comunidade; a baixa qualidade, alto custo e oferta inconstante dos produtos fitoterápicos no mercado; e o descrédito da fitoterapia pela medicina oficial.

O VERDE SAÚDE – CURITIBA tem como objetivos:

1. Estimular a Fitoterapia como opção terapêutica médica e odontológica em Curitiba.
2. Estimular e resgatar o uso de plantas medicinais na comunidade curitibana, seguindo os preceitos da educação ambiental.
3. Estimular a produção de plantas medicinais para a sua utilização *in natura*.
4. Produzir produtos fitoterápicos com qualidade e fornecê-los gratuitamente aos usuários das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente coordena o Programa de Integração à Infância e Adolescência – Piá Ambiental. Possui 34 unidades localizadas na periferia do município de Curitiba, atendendo 3.400 crianças com idade entre quatro e doze anos. Visa repassar atividades teóricas e práticas de educação ambiental. Nessas unidades, as crianças aprendem atividades de minhocário, de hortas, de composteira, de paisagismo e de artesanatos utilizando materiais recicláveis ou reaproveitáveis. Em 1992, acrescentou-se à atividade de horta de plantas medicinais, com o intuito de informar e incentivar a comunidade para a formação de hortas caseiras, sendo essa mais uma prática de educação ambiental para a conservação do meio ambiente. A Educação Ambiental em Plantas Medicinais é o treinamento em manuseio de plantas medicinais, ensinando a identificá-las, as técnicas de cultivo orgânico, manejo, multiplicação de plantas, controle biológico de

pragas, coleta, secagem, armazenamento e uso de plantas medicinais para a clientela dos Piás Ambientais. Os treinamentos descritos acima resultam a produção de mudas com identificação botânica, visando atender a demanda criada na comunidade pela operação Treinamento à Comunidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento. Em oito Piás Ambientais, faz-se a distribuição de mudas para: os participantes do Treinamento à Comunidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, escolas, creches, unidades de saúde, visitantes, feiras e eventos como Cidadão Saudável nos Bairros.

A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento realiza cursos e palestras à comunidade. O público alvo são as associações de moradores, ONGs, clube de mães, escolas e outras entidades. As informações repassadas têm maior ênfase nos aspectos relativos à identificação, cultivo, manejo, colheita e secagem caseira de plantas medicinais, visando um repovoamento progressivo das hortas domésticas do município. Nesses treinamentos são utilizados os recursos de audiovisuais como slides, fotos, ramos de plantas, cartilhas, etc.. Havendo interesse nas mudas, a comunidade é encaminhada para os viveiros do Verde Saúde – Curitiba da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, onde essas são fornecidas gratuitamente. A população que faz o treinamento recebe um exemplar do Livro Verde Saúde – Curitiba. Este livro traz orientações sobre técnica de cultivo, multiplicação de plantas, manejo de pragas, coleta e secagem artesanal. Apresenta também, informações sobre plantas englobando descrição botânica, os cuidados com as plantas, as formas de preparo e o uso.

A Secretaria Municipal de Saúde, atingiu 86 Unidades de Saúde que faz a utilização da fitoterapia como opção terapêutica, correspondendo a 82% das unidades desta Secretaria. Este número está constante desde 2001, ano que

passou a vigorar as atuais regras de registro de fitoterápicos, a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC 17 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (2001). A falta de fitoterápicos com registro no mercado é o atual empecilho para obter os fitoterápicos necessários para abastecer as Unidades de Saúde, que prejudica a expansão do programa.

As Feiras de Plantas Medicinais são encontros da equipe de saúde com a comunidade para troca de conhecimentos sobre plantas medicinais. A comunidade traz as plantas que vem usando para o encontro, relata como as denomina, como as prepara, para que as usa e qual a quantidade a ser tomada. Por outro lado a equipe de saúde registra estas informações e apresenta as plantas preconizadas pela Secretaria Municipal de Saúde explicando seu preparo, sua posologia e seu uso.

Existe o Manual de Fitoterapia que orienta sobre o uso das plantas medicinais nas Unidades de Saúde, para difusão da indicação, preparo, posologia e cuidados no uso das plantas medicinais para patologias de clínica médica, pediatria e odontologia.

Devido os profissionais de saúde não possuírem na sua graduação os conhecimentos sobre plantas medicinais foi necessário organizar uma ação de educação continuada. As equipes de saúde são treinadas e capacitadas em Fitoterapia por meio de treinamentos realizados sistematicamente, atendendo as solicitações dos Distritos Sanitários e das Unidades de Saúde. Foram realizados 62 treinamentos, atingindo 1.402 profissionais de saúde nestes treze anos de programa.

O Manual de Fitoterapia (1994) está disponível nos consultórios médicos; nas clínicas odontológicas, nas salas de pré-consulta e nas farmácias das Unidades de Saúde. Orienta sobre o uso das plantas medicinais, a sua indicação nas patologias

de clínica médica, pediatria e odontologia, o preparo, a posologia e os cuidados.

A Agroindústria Farmacêutica da FAS situa-se na Fazenda Solidariedade no Município de Campo Magro, na Região Metropolitana de Curitiba. Tem como objetivo principal a reintegração social de indivíduos em estado de desagregação familiar provocada pela dependência química. Ela disponibiliza uma área de 20 hectares para cultivo de plantas medicinais. A escolha das plantas a serem cultivadas é indicada pela Secretaria Municipal de Saúde, para a qual está direcionada a produção. O cultivo é orgânico com assistência técnica da EMATER-PR. A integração dos processos agrônomo e farmacêutico numa mesma área tem demonstrado que a transdisciplinaridade melhora a qualidade do produto final. A Fazenda Solidariedade também mantém um banco de plantas medicinais que busca: resgatar espécies mais usadas pela população; identificá-las botanicamente, manter uma coleção de plantas por meio do cultivo sistemático e oferecer matrizes para reprodução e cultivo.

Muitas das dificuldades poderiam ser aliviadas se existisse uma política para desenvolvimento, pesquisa, produção e incentivo de prescrição e consumo dos fitoterápicos no Brasil. Essa política facilitará a implantação de novos serviços de fitoterapia no País.

A fitoterapia demonstra ser opção viável na atenção primária de saúde com ótima aceitação pela população e prescritores, pode gerar mais empregos, capital e distribuição de renda, pois todas as fases da cadeia produtiva das plantas medicinais podem ser realizadas no País, sem precisar importar os princípios ativos.

Sendo assim, como forma de obtenção de resultados para a pesquisa, foi executado um estudo de caso com um grupo de terceira idade, na Unidade de Saúde Pinheiros – Santa Felicidade, Ctba/PR, sobre o Programa Verde Saúde –

Curitiba, que segue abaixo os resultados e discussão.

5.1. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da análise dos 17 questionários, relacionando as 6 questões, constataram-se as seguintes informações:

- 1) Sexo
 - 14 mulheres e 3 homens
- 2) É usuário(a) de plantas medicinais?
 - Opinião favorável de 14 pessoas, apenas 3 afirmaram não fazer uso das plantas medicinais.
- 3) Caso a resposta acima seja sim, qual seu grau de satisfação?
 - Ótimo – 9 pessoas
 - Bom – 5 pessoas
 - Regular – nenhuma
 - 3 não são usuários(as)
- 4) Cultiva plantas medicinais em casa?
 - 14 pessoas afirmaram ter alguma planta medicinal cultivada em casa.
- 5) Quais benefícios você recebe ao usar e/ou plantar ervas medicinais?
 - Nesta pergunta obtivemos 10 respostas, que seguem:
 - I) “Uso babosa para úlcera.”
 - II) “Acho que a erva é mais eficaz que os remédios de laboratório.”
 - III) “Adoro estar em contato com a natureza, acho que a natureza é o benefício real da vida.”
 - IV) “Além da satisfação em plantar e colher plantas que a gente plantou, quando faço o chá tomo com satisfação pois é ótimo.”

- V) “Todos os benefícios principalmente agora no inverno faço muito xarope, tive excelente resultado.”
 - VI) “Todos os benefícios a saúde para cultivar as plantas medicinais.”
 - VII) “Aprender sempre mais sobre elas. Sobre a natureza e cultivo. Adquirir conhecimento geral sobre elas.”
 - VIII) “Faz bem para a saúde.”
 - IX) “Me sinto bem e consegui bom resultado.”
 - X) “Evito tomar remédio de farmácia, economizo e sinto-me muito bem.”
- 6) Cultivar uma horta medicinal, ajuda a conservar a natureza? Como?

- Obtivemos 6 respostas. Para efeito de discussão no trabalho desconsideramos esta questão, por entendermos que ela ficou prejudicada no entendimento do grupo. Apenas para efeito de ilustração gostaríamos de citar algumas frases.

“ Acho que a natureza viva é um sonho para todos.”

“ Ajuda a cultivar as ervas e as espécies. Não deixar chegar a extinção.”

“ Pureza do ar com respeito a poluição.”

“ Sempre gostei de cultivar a terra, seja horta, pomar ou plantas medicinais.

Todo dia dou uma mexida na terra. Até hoje não precisei de remédio. É muito bom, ótimo lidar com a mãe natureza.”

Baseado nos questionários pode-se concluir que do grupo – 14 pessoas – demonstraram interesse em usar e cultivar suas próprias plantas, seja por estar em contato com a terra, próximos a natureza, seja por utilizar um produto que conheça sua procedência, sua qualidade, seja por sentir-se bem em utilizá-las, o que nos demonstra boa aceitabilidade pelas pessoas da terceira idade com relação a plantas medicinais.

Quanto ao grau de satisfação sobre o uso e/ou cultivo de plantas medicinais, tivemos 9 pessoas com conceito “ótimo” e 5 pessoas com conceito “bom”, perfazendo um total de 14 pessoas satisfeitas com as plantas medicinais.

Num outro momento, ao observar o grupo no canteiro de plantas medicinais, pudemos avaliar algumas diferenças peculiares entre as pessoas. Algumas senhoras levaram diversas mudas para serem plantadas na nova horta, entusiasmadas e demonstrando conhecimentos empíricos sobre plantas medicinais. Como exemplo:

- Uma delas falou sobre a utilização do boldo para má digestão;
- Outra sobre o chá de guaco que é ótimo para tosses e resfriados;
- Outra comentou sobre o uso da cavalinha, como excelente diurético (ativa o funcionamento dos rins);
- Outra contou que ao fazer bochecho com a malva, aliviou seus problemas com aftas;
- Assim como a casca do romã, fazer gargarejo é bom para a garganta.

Enfim, comentários simples mas que deram uma dinâmica ao evento que contribuiu para despertar a curiosidade e participação dos demais. Grande parte do grupo fez perguntas sobre o uso dessas plantas medicinais demonstrando interesse em como utilizá-las e também cultivá-las.

Baseada nessas observações acima citadas, em comunicação pessoal com o Professor João Carlos Nucci, orientador deste trabalho, obtivemos o seguinte comentário:

Como professor, tenho notado que a participação dos alunos aumenta em trabalhos de campo e, principalmente, quando começamos a identificar as plantas na natureza. Em turmas mais experientes, como pós-graduação (geralmente com mais idade, muitos com filhos) sempre há pessoas com algum conhecimento sobre plantas. No campo a aula fica mais informal, os alunos se aproximam do professor e vice-versa e dos colegas, quebrando muitas barreiras. Muitas vezes os professores só pensam nos espaços livres, sendo cada qual com sua função específica, por exemplo:

Para que serve uma horta? – Para fornecer alimento.

Para que serve um Jardim Botânico? – Para conservar coleções de plantas.

Entretanto, uma simples volta com um grupo de alunos em um jardim botânico, horta, praça,

etc., desperta toda uma dinâmica de educação diferente e fundamental daquela que ocorre nas salas de aula. Mas para isso acontecer precisamos de tempo, de espaço e de treinamento.

Devemos então reforçar a importância e a eficiência das aulas realizadas fora da sala de aula. Entendemos que essa aproximação aluno/professor facilita a troca de informações, e melhora a qualidade do aprendizado.

No caso específico deste trabalho, o grupo da terceira idade, demonstra empenho e satisfação em suas atividades e um desejo de compartilhar com outras pessoas suas vivências, suas frustrações, seus problemas, seus sonhos. É uma convivência entre amigos, muitas vezes, melhor até do que a convivência familiar, e esta é uma realidade que apesar de não estar sendo investigada, contribuiu com nossa pesquisa. Pode-se aqui contrapor aos comentários anteriores, quando ficou observada a individualização do homem atual, ora pelo excesso de atividades do cotidiano, ora pelas facilidades geradas pela tecnologia. As pessoas do grupo da terceira idade demonstram desejo em produzir, participar, compartilhar de atividades físicas, filantrópicas ou lazer. E agora, seja na falta de obrigações do trabalho, no rigor de horário (tempo), encontram novos encantos na vida, ao estar em contato com outras pessoas (espaço), participam de momentos de lazer e aprendizado, mostrando que há possibilidade de redirecionar esse quadro crítico. Isso se as pessoas conseguirem planejar suas vidas, de modo que, encontrem tempo para dar qualidade aos seus hábitos e poder viver melhor.

Se analisarmos a Lei nº 9.795/1999, onde declara como princípios básicos da Educação Ambiental, o enfoque *humanista*, holístico, *democrático e participativo*, o *pluralismo de idéias e concepções pedagógicas*, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade, veremos que, se lutarmos pelo cumprimento da Lei, teremos pessoas realizadas com melhores condições de aprendizagem, de lazer e de vida.

Como forma de contribuir na investigação das hortas medicinais, do grupo da

terceira idade e sobre a Educação Ambiental, entrevistamos a Sra. C. V. R. (69 anos), no dia 12 de julho de 2004. Conforme figuras 1 e 2, registramos, a horta da Sra. C.V.R. cultivada em seu terreno. Trabalha como coordenadora de dois grupos de terceira idade, um da Igreja São Pedro e outro da Igreja Nossa Senhora das Dores. Algumas pessoas dos grupos já freqüentavam a Unidade de Saúde Pinheiros, mas especificamente para esse evento sobre plantas medicinais, eles foram convidados.

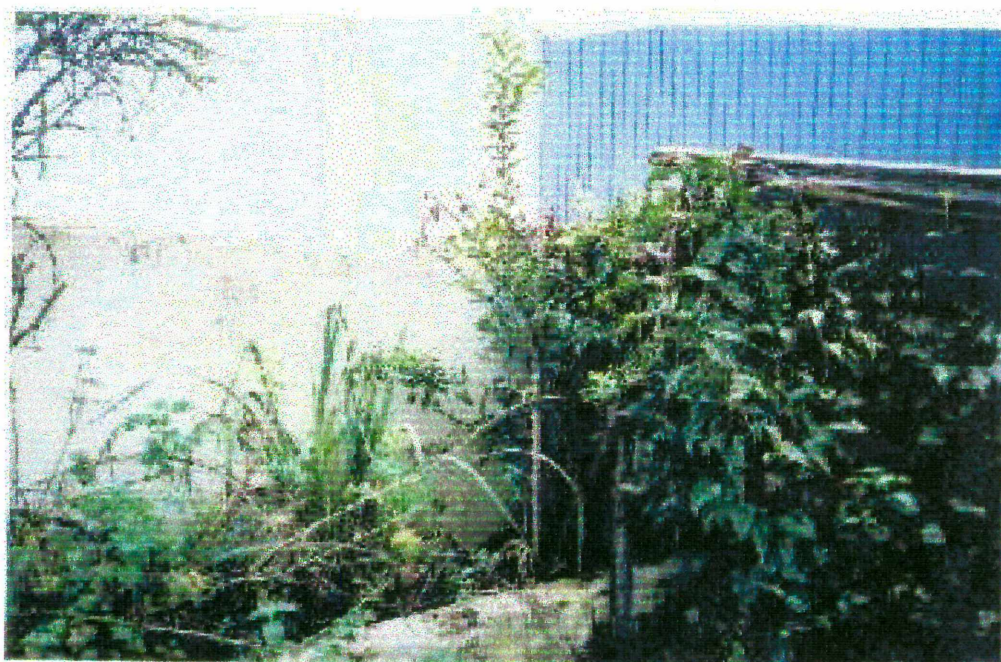


Figura 1 – Foto da horta na residência da Sra. C.V.R. – destaque para o guaco e capim limão. (Jucimara Aparecida Lobo-12/07/2004)



Figura 2 – Foto da horta na residência da Sra. C.V.R. – destaque para a planta medicinal, cavalinha. (Jucimara Aparecida Lobo - 12/07/2004)

A Sra. C.V.R. demonstrou grande interesse e satisfação em promover cursos, encontros, passeios, viagens e festas para os grupos de terceira idade. Viúva há 20 anos, participa do grupo há 15 anos. Apaixonada por plantas, desde os 10 anos de idade já cultivava sua horta. Sempre gostou de viajar, e como admiradora de plantas, cada viagem é motivo para adquirir uma nova espécie para sua coleção. Um dos melhores momentos de nossa conversa foi quando perguntamos sobre seu entendimento sobre a visão de grupo, esse conjunto de pessoas seguindo um mesmo ideal, aqui especificamente sobre plantas medicinais (usar, cultivar, fornecer a planta para chá ou mudas a quem solicita). Ela foi categórica em sua resposta – “é bem interessante a *troca de idéias*, a vivência dessa relação com as plantas”. A troca de idéias, de conhecimentos, de trabalho em grupo é mencionada por autores, como David Werner, em seu livro “Onde Não Há Médico”. Ele afirma que o trabalho realizado por uma comunidade tem valor diferenciado do que aquele realizado individualmente. A comunidade em busca de um objetivo comum atua com mais

persistência e eficácia.

As Sras. I.C. (75 anos) e a Sra. G.M.P. (66 anos) fazem parte do grupo e cultivam plantas medicinais em suas casas também. Foram referenciadas pela Sra. C.V.R. como participantes nessa vivência da troca de idéias, informações e troca de mudas de plantas. A Sra. C.V.R. lê e assiste reportagens sobre plantas, tem coleção de livros de Alfons Balbach, como fonte de consulta, demonstra interesse em estar sempre informada e atualizada, contribuindo para disseminar uma educação direcionada a preservação do meio ambiente.

Ao observarmos as pessoas que cultivam plantas medicinais, vemos que agem por gostar daquilo que estão fazendo e usufruem dessas plantas, demonstrando orgulho por sua produção. Não podemos deixar de mencionar as pessoas que fazem uso de plantas medicinais, porém não as cultivam, utilizando aquelas comercializadas em mercados e lojas especializadas, registrando apenas que essas pessoas, deixam de usufruir dos momentos de contato com a natureza, com a terra. Consideramos que é nessa vivência de estar produzindo cada planta, que podemos observar as convicções fortalecidas desses reais educadores, atuando sempre que solicitados para atender seus familiares e vizinhos, com o objetivo de ajudá-los.

Nesse trabalho realizado pelo grupo da terceira idade é mostrado que as experiências sobre a Educação Ambiental, não precisam ser transmitidas exclusivamente por professores. São pessoas comuns, algumas até com pouco estudo, mas com conhecimentos adquiridos por suas vivências e que se dispõem a reunirem-se algumas horas semanais, seja como terapia ocupacional, seja para conviver com amigos ou vizinhos realizando muitas atividades importantes em diversas áreas, incluindo as que visem cuidar do meio ambiente.

Como exemplo, a Sra. C.V.R. afirmou que nas visitas aos parques da cidade de Curitiba, como Tingui, Tanguá, as pessoas sentem a importância da integração do ser humano com a natureza. Ela diz: “São poucos momentos junto a natureza, mas que proporcionam relaxamento, bem estar e alegria, em poder contemplar a variedade de plantas, a paisagem revigora.”

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Plantas Medicinais – embora sendo tema polêmico perante a medicina convencional - foi assunto escolhido por interesse pessoal e como forma de demonstrar a importância do resgate da utilização de recursos naturais harmoniosamente.

Apesar da pouca convivência com as pessoas que participaram deste trabalho, conseguimos visualizar na prática a possibilidade de melhorarmos nosso ambiente, revermos nossas atitudes, principalmente no que concerne a compartilhar conhecimentos junto a comunidade, resgatar valores que as atribuições do dia-a-dia encobrem, como o respeito, a amizade, a solidariedade, fundamentais para a convivência sadia entre os seres humanos.

Observamos a importância de estimular a comunidade em resgatar hábitos mais naturais e saudáveis. Todos sabemos da real necessidade de se manter a qualidade de vida para nós mesmos e para as gerações futuras, mas é preciso participar, agir, cada um dentro dos seus limites, mas com a convicção de contribuir para um mundo melhor.

O simples desenvolvimento de uma pequena horta medicinal estimulou e concretizou a realização de verdadeiras aulas sobre plantas medicinais, e quando se fala verdadeira, é por entender a importância desse estilo de aprendizagem com a

troca de idéias, de informações e participação da comunidade.

A elaboração de horta medicinal na Unidade de Saúde Pinheiros – Santa Felicidade, mola mestra do trabalho, confirmou que quando há vontade e participação das pessoas (grupo), a prática da educação ambiental para a conservação do meio ambiente é desenvolvida com mais determinação e êxito.

Ao lutarmos por nosso próprio progresso, precisamos ter sempre em mente que não devemos destruir aquilo que nos ajuda a progredir. As plantas foram fiéis servidoras do homem desde os primórdios dos tempos. É difícil imaginar a farmácia ou a medicina sem os antibióticos da tetraciclina, os alcalóides do ópio, ou, a propósito, as antraquinonas do sene. No entanto, sem as plantas, nem estes nem muitos outros medicamentos tão usados jamais teriam existido.

O processo educacional vigente ainda não condiz com a realidade evidenciada nesta pesquisa e está longe da percepção deste potencial. A educação precisa colaborar com a construção de seres humanos mais solidários, honestos, cooperativos. E se a educação atual não trabalha com essas possibilidades, as cidades, por sua vez, completam o quadro de insensibilidade, de falta de percepção, de dureza de espírito, de automatismo.

Para idealizar o sonho de um futuro melhor, devemos trilhar nesse caminho de divulgar, compartilhar conhecimentos com o maior número de pessoas possível, sempre alimentando a esperança, com persistência e sabedoria.

7. REFERÊNCIAS

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 17 de 24 de fevereiro de 2000 – Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos. Disponível em: <http://www.saude.inf.br>. Acesso em 09/07/2004.

BALBACH, Alfons. **As Plantas Curam**. São Paulo: A Verdade Presente, 1966.

BRASIL. Lei Federal nº 9.795 de 27 de abril de 1999. **Dispõe Sobre a Educação Ambiental, Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e Dá Outras Providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, de 28 de abril de 1999, Brasília.

BRASIL. Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002. **Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br>. Acesso em 09/08/2004.

BRASIL. Lei Federal nº 10.741 de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br>. Acesso em 09/08/2004.

BRÜNING, Jaime. **A Saúde Brota da Natureza**. 15.ed. Paraná: Universitária Champagnat, 1994.

CAETANO, Nilce Nazareno. **Apostila Farmacognosia, Depto. Farmácia UFPR**. Paraná, 1999.

CAPRA, Fritjof. **Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. São Paulo: Atlas, Volume 1, 1ª ed., 4ª tiragem, 1989.

CURITIBA. Prefeitura Municipal . Secretaria Municipal de Saúde. Texto: **Treze anos de Fitoterapia em Curitiba**.

DI STASI, Luiz Claudio. **Plantas Medicinais: Arte e Ciência**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1996.

DIAS, Genebaldo Freire. **Antropoceno – Iniciação à Temática Ambiental**. São Paulo: Gaia, 2002.

DIAS, Genebaldo Freire. **Pegada Ecológica e Sustentabilidade Humana**. São Paulo: Gaia, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2000.

GAUDIANO, Edgar González. **Centro y Periferia de la Educación Ambiental Um Enfoque Antiesencialista**. 1.ed. México: Mundi Prensa México,S.A de C.V., 1998.

GONÇALVES, Andréa Krüger. **Tese - Ser Idoso no Mundo: O Indivíduo e a Vivência de Atividades Físicas como Meio de Afirmação e Identidade Social**. Defendida na Faculdade de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), 2001. Disponível em: <http://www.revistapesquisa.fapesp.br>, acesso em 06/08/2004.

HERBARIUM, 2004. Disponível em: <http://www.herbarium.net>, acesso em 09/07/2004.

JACKSON, L.E. The relationship of urban design to human health and condition. *Landscape and Urban Planning* 64 (2003), p. 191-200.

LEFF, Enrique Z.. **Saber Ambiental – Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MEDINA, Naná Mininni; SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação Ambiental: uma metodologia participativa de formação**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**. São Paulo: Cortez, 1999.

MUÑOZ, C. **El Sistema Educativo Español**. Madrid: Fundación Universidad Empresa, 1995.

REVISTA PESQUISA FAPESP. **Texto Mais verde, menos estresse**. 10 de outubro de 2003.

SWARTOUT, Dr. HUMBERTO. **O Conselheiro Médico do Lar**. 13ª ed. São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, 1949.

WERNER, DAVID. **Onde não há médico**. 22ª ed. São Paulo: Paulus, 2002.

8. ANEXOS

Anexo 1 – Questionário aplicado ao Grupo de Terceira Idade.....	48
Anexo 2 – Mapa de Curitiba com destaque para Unidades de Saúde.....	49
Anexo 3 – Requerimento para apreciação de projetos de pesquisa pelo CEP/SMS.....	50
Anexo 4 – Autorização da Secretaria Municipal de Saúde para citar o Programa Verde Saúde – Curitiba.....	51

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO APLICADO AO GRUPO DE TERCEIRA IDADE NA UNIDADE DE SAÚDE PINHEIROS, SANTA FELICIDADE, CURITIBA/PR.

1) Sexo

Masculino

Feminino

2) É usuário de plantas medicinais?

Sim

Não

3) Caso a resposta seja sim, qual seu grau de satisfação?

Ótimo

Bom

Regular

4) Cultiva plantas medicinais em casa?

Sim

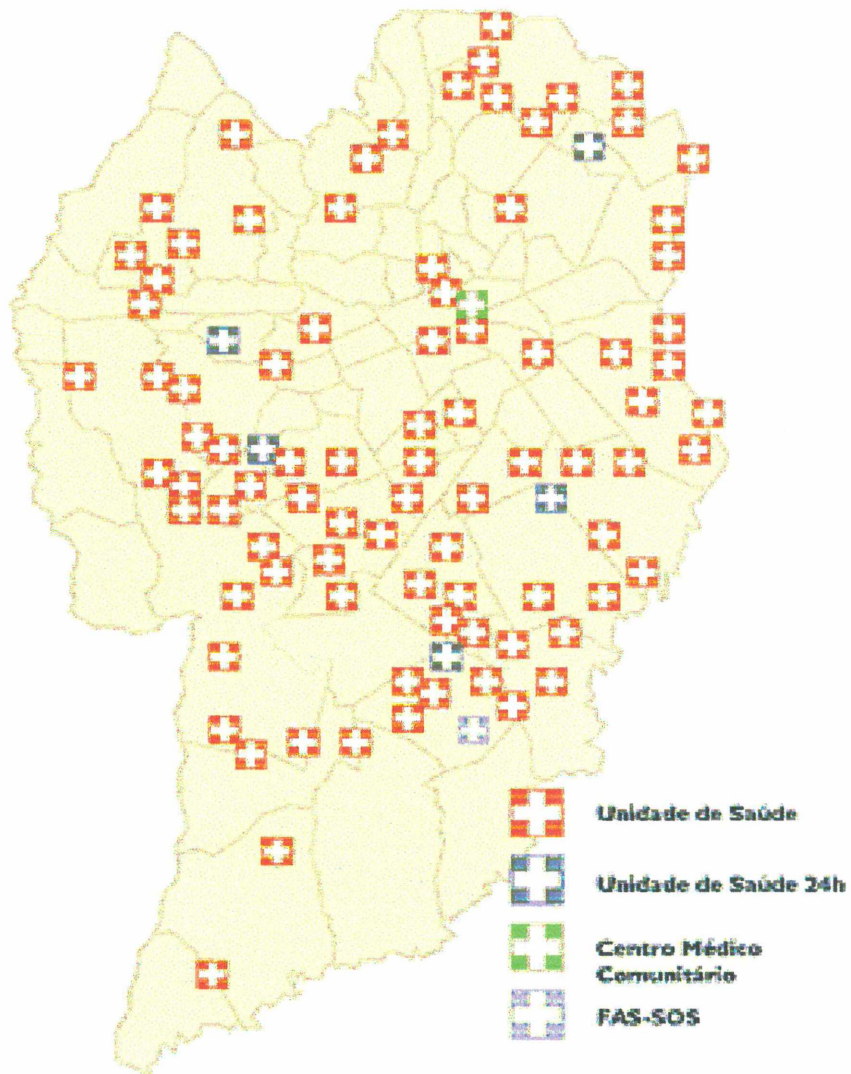
Não

5) Quais benefícios você recebe ao usar e/ou plantar ervas medicinais?

6) Cultivar uma horta medicinal, ajuda a conservar a natureza? Como?

ANEXO 2

Mapa do Município de Curitiba – Distribuição das Unidades de Saúde no Município



- Protocolo/
82/2004

REQUERIMENTO PARA APECIAÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISAS PELO CEP/SMS

Eu Jucimara Aparecida Lobo, venho

requerer ao CEP/SMS apreciar o projeto intitulado :

Herbs Medicinais e a Educação Ambiental na 3ª Idade.

em relação às questões:

- () Análise e parecer Ético do CEP/SMS
- () Concessão de Campo de Pesquisa

local de interesse: U.S. Pinheiro

Juci Lobo

PESQUISADOR REQUERENTE

ROTOCOLO

- () Folha de Rosto
- () Projeto
- () Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- () Termo de Apreciação em CEP

DATA DE ENTRADA: 09/10/04

RECEBIDO POR: Ertilde Magrit



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP
FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS
(versão outubro/99) Para preencher o documento, use as indicações da página 2.

1. Projeto de Pesquisa: Hortas Mediciniais e a Educação Ambiental na 3ª Idade.			
2. Área do Conhecimento (Ver relação no verso) Ciências Biológicas		3. Código: 2	4. Nível: (Só áreas do conhecimento 4)
5. Área(s) Temática(s) Especial (s) (Ver fluxograma no verso)		6. Código(s):	7. Fase. (Só área temática 3) I () II () III () IV (X)
8. Unitermos: (3 opções)			
SUJEITOS DA PESQUISA			
9. Número de sujeitos No Centro: — Total:		10. Grupos Especiais : <18 anos () Portador de Deficiência Mental () Embrião /Feto () Relação de Dependência (Estudantes , Militares, Presidiários, etc) () Outros () Não se aplica ()	
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
11. Nome: Jucimara Aparecida Lobo			
12. Identidade: 3485.235-9	13. CPF.: 717364099-72	19. Endereço (Rua, n.º): Rua José Gildo Beleski n.º 64	22. U.F. PR
14. Nacionalidade: Brasileira	15. Profissão: Funcion. Pública Munic.	20. CEP: 82620-160	21. Cidade: Corumbá
16. Maior Titulação: Especialista	17. Cargo: Assessora às Comissões	23. Fone: 350-4769	24. Fax: 350-4836
18. Instituição a que pertence: Câmara Municipal de Corumbá		25. Email: jucilobo@terra.com.br.	
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Data 04/10/04 _____ Assinatura Jucilobo			
INSTITUIÇÃO ONDE SERÁ REALIZADO			
26. Nome: SMS		29. Endereço (Rua, n.º): João Gualberto 623 Alto da Glória	
27. Unidade/Orgão: US Pinheiro		30. CEP: 80000-030	31. Cidade: Corumbá
28. Participação Estrangeira: Sim () Não (X)		33. Fone: 350-9450	34. Fax: _____
35. Projeto Multicêntrico: Sim () Não (X) Nacional (X) Internacional () (Anexar a lista de todos os Centros Participantes no Brasil)			
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução. Nome: _____ Cargo: Erolides Antunes Xavier Data: 06/10/2004 _____ Analista de RH - Matr. 85996 Assinatura CES/SMS			
PATROCINADOR Não se aplica ()			
36. Nome		39. Endereço	
37. Responsável		40. CEP:	41. Cidade:
38. Cargo/Função:		43. Fone:	44. Fax:
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP			
45. Data de Entrada: ____/____/____	46. Registro no CEP:	47. Conclusão: Aprovado () Data ____/____/____	48. Não Aprovado () Data ____/____/____
49. Relatório(s) do Pesquisador responsável previsto(s) para: Data: ____/____/____ Data: ____/____/____			
Encaminhamento a CONEP 50. Os dados acima para registro () 51. O projeto para apreciação () 52. Data ____/____/____		53. Coordenador/Nome _____ Assinatura	Anexar o parecer consubstanciado
COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA - CONEP			
54. Nº Expediente :	56. Data Recebimento :	57. Registro na CONEP	
55. Processo :			
58. Observações:			